IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — INDUSTRIALIZAÇÃO DO MÁRMORE

— O imposto sobre circulação de mercadorias incide sobre o mármore, na fase posterior à industrialização.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado de Pernambuco *versus* Dantas & Oliveira
Recurso extraordinário n.º 75.201 — Relator: Sr. Ministro
OSWALDO TRIGUEIRO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas

taquigráficas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e dar-lhe provimento.

Brasília, 17 de novembro de 1972. *Luiz Gallotti*, Presidente. *Oswaldo Trigueiro*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro: Confiando a concessão de segurança impenetrada por Dantas & Oliveira, para eximir-se de exigência fiscal do Estado de Pernambuco, o Tribunal de Justiça, a fls. 91, decidiu:

“As sociedades comerciais que operam, exclusivamente, com mármore, mineral do País, beneficiando-o mecanicamente e vendendo-o, não estão sujeitas à tributação do imposto de circulação de mercadoria, eis que, de acordo com o disposto no art. 22, inciso X, da Constituição Federal do Brasil de 1967, incide unicamente sobre a circulação de minerais do País o imposto único de competência tributária da União.”

A Fazenda Estadual interpôs recurso extraordinário, com fundamento nas alíneas *a* e *d* da norma permissiva, alegando negativa de vigência dos Decretos-leis ns. 1.038/69 e 1.083/70, e dissídio com a decisão do Supremo Tribunal no RE n.º 69.222 (RTJ 57/198).

O recurso não foi admitido, porém subiu em razão do provimento dado ao Ag. n.º 55.086, cujos autos estão apensados.

VOTO

O Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro (Relator): No julgamento dos RE n.ºs 69.222 e 69.671, decidiu a Primeira Turma ser inidôneo o mandado de segurança para diri-

mir a questão relativa à isenção do ICM, pleiteada pelas marmorarias, em razão da incidência do imposto único sobre os minerais produzidos no País.

No RE n.º 71.097 decidimos que o ICM não é devido na operação subsequente à extração do mármore, mas incide legitimamente sobre a circulação do produto que sofreu transformação industrial.

A controvérsia que reinava sobre a matéria está dirimida pela legislação federal. O art. 2.º, § 5.º, do Decreto-lei n.º 1.038/69, esclarece que a incidência do imposto único é restrita à fase anterior à industrialização e não exclui a dos impostos sobre a produção e a circulação de mercadorias industrializadas.

Pelo exposto, conheço do recurso e lhedo provimento.

EXTRATO DA ATA

RE n.º 75.201 — PE — Rel., Ministro Oswaldo Trigueiro, Recte., Estado de Pernambuco (Adv., Ubirajara de Azevedo Chaves). Recda., Dantas & Oliveira (Adv., Joaquim Correia Lima Filho).

Decisão: Conhecido e provido. Unânime.

Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Oswaldo Trigueiro, Djaci Falcão, Barros Monteiro, e o Doutor Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Rodrigues Alckmin.